



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 4 | SEGURIDADE SOCIAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E PREVIDÊNCIA

IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma análise a partir de suas tendências contemporâneas

IMPACTS OF NEOLIBERALISM ON SOCIAL ASSISTANCE POLICY: an analysis from its contemporary trends

Maria Augusta Bezerra da Rocha¹

RESUMO

O presente estudo buscou explorar e sistematizar algumas das tendências contemporâneas que configuram a Política de Assistência Social a partir dos impactos das orientações neoliberais centrando-se no período do pós-golpe institucional de 2016. Pautou-se numa pesquisa de tipo exploratória baseada em ampla revisão de literatura e levantamento de informações documentais. A análise foi fundamentada no materialismo histórico-dialético. Percebeu-se que as tendências contemporâneas de moralização da questão social evidenciadas na Política de Assistência Social fazem parte dos impactos das orientações neoliberais expressas nos organismos internacionais somado ao avanço de tendências conservadoras que mesclam-se para conformar o desenho dos programas e ações socioassistenciais.

Palavras-chaves: Assistência Social; Neoliberalismo; Conservadorismo

ABSTRACT:

The present study sought to explore and systematize some of the contemporary trends that shape the Social Assistance Policy based on the impacts of neoliberal guidelines focusing on the 2016 post-coup institutional period. It was guided by an exploratory research based on a broad literature review and survey of documentary information. The analysis was based on historical-dialectical materialism. It was noticed

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Questão Social, Política Social e Serviço Social do Departamento de Serviço Social/UFRN. E-mail: augusta.b.rocha@gmail.com

that the contemporary trends of moralization of the social issue evidenced in the Social Assistance Policy are part of the impacts of the neoliberal orientations expressed in the international organizations added to the advancement of conservative tendencies that mix to conform the design of the social assistance programs and actions.

Keywords: Social Assistance; Neoliberalism; Conservatism.

INTRODUÇÃO

Enquanto uma política situada na matriz conservadora nacional marcada pelo compadrio, favor e clientelismo, a Assistência Social se apresenta historicamente como espaço propício para reprodução de tais práticas, sendo apresentada aos subalternos como favor ou vantagem, aquilo que é direito. Como resistência ao padrão arcaico dessas relações, desponta nos anos 1970 e 1980 as lutas dos movimentos sociais com vistas a redemocratização e afirmação dos direitos sociais desembocando na Constituição Federal de 1988 que incorporou um novo padrão de seguridade social e na instituição da Lei Orgânica da Assistência Social (1993). Marcos que contribuem para a formação de uma cultura de direitos, ao colocar a Assistência no patamar de política social, como direito de cidadania sob a responsabilidade do Estado, e não mera caridade entregue a sociedade.

Apesar das conquistas, na década de 1990, recai na realidade brasileira os impactos da reorganização capitalista em cenário de crise com destaque para o processo de contrarreforma do Estado orquestrado pelo ideário neoliberal. O processo de contrarreforma do Estado afeta historicamente o funcionamento das políticas sociais, dentre elas a Assistência que passa a sofrer após o golpe institucional de 2016 maiores restrições orçamentárias e o avanço de tendências conservadoras no desenho de alguns programas da política ao centrarem na responsabilização/culpabilização das famílias.

Diante de tal cenário, o presente estudo se propõe a explorar e sistematizar algumas das tendências contemporâneas que configuram a Política de Assistência Social a partir dos impactos das orientações neoliberais no pós-golpe institucional de 2016. Assim, o percurso metodológico com enfoque qualitativo abarcou tanto uma ampla revisão de literatura quanto levantamento documental, com análise das informações ancorada no materialismo histórico-dialético, método de analisar o real que permite o conhecimento concreto do objeto ao desvelar suas múltiplas determinações.

Dessa forma, para apreender as determinações reais dos impactos das orientações neoliberais para a Política de Assistência o artigo encontra-se dividido em uma primeira parte que caracteriza as determinações atuais da assistência social no século XXI, seguido de uma análise sobre as tendências conservadoras que a permeiam e, por último, uma reflexão sobre esse conjunto de implicações.

2 ASSISTÊNCIA SOCIAL E NEOLIBERALISMO: determinações atuais

A Política de Assistência Social¹ ao estar inserida na realidade social faz parte de uma totalidade concreta, rica em múltiplas determinações, que ao se movimentar e se transformar repercute nas configurações e características da política social em questão. Isso implica salientar que a realidade concreta da crise estrutural do capital em curso (MÉSZÁROS, 2011) desdobra transformações políticas, econômicas e ideológicas que impactam nas configurações assumidas pela Política de Assistência Social na contemporaneidade.

Nesse contexto, ao afetar a totalidade social, forjam-se estratégias políticas, econômicas e ideológicas para reverter os impactos da crise destacando-se a ascensão do receituário neoliberal enquanto doutrina das práticas político-econômicas que propõe a reforma do Estado, tornando-o forte em sua capacidade de combater o poder da organização sindical da classe trabalhadora, bem como na política monetária em favor do capital financeiro especulativo, mas parco nos investimentos sociais e nas intervenções econômicas estruturais, conforme destacam Sader e Gentili (1995).

O Estado reformado, então, para atender às novas necessidades do capital em crise, configura-se como Estado mínimo para o social e máximo para o capital, tendo em vista assegurar liberdade de movimento para o capital financeiro e retirada dos direitos dos trabalhadores. Nesse solo histórico se propaga (desde os anos 1980) aos quatro cantos do país, a crise fiscal do Estado e a necessidade de ajustes nas contas públicas. Como consequência direta do ajuste fiscal, a população vem sofrendo com a baixa

¹“A assistência social constitui-se [...] do conjunto de práticas que o Estado desenvolve de forma direta ou indireta, junto às classes subalternizadas, com sentido aparentemente compensatório de sua exclusão. O assistencial é neste sentido campo concreto de acesso a bens e serviços, enquanto oferece uma face menos perversa ao capitalismo. Obedece, pois, a interesses contraditórios, sendo um espaço em que se imbricam as relações entre as classes e destas com o Estado” (YAZBEK, 2006, p.53).

qualidade dos serviços prestados nas áreas sociais. Cenário que vem sendo cada vez mais acentuado, posto que:

Os últimos anos foram fortemente marcados pelo contingenciamento dos recursos públicos para gerar o superávit primário. A política de austeridade fiscal, iniciada por Fernando Henrique Cardoso e mantida pelo governo Lula, faz parte de um conjunto de medidas adotadas – advindas do receituário neoliberal – preconizadas pelas agências financeiras internacionais (STICOVSKY, 2010, p. 148-149).

Assim, o contingenciamento dos recursos públicos para as políticas sociais ao mesmo tempo em que se prioriza o pagamento dos juros da dívida e geração do superávit primário para alimentar o capital portador de juros compõe o ajuste fiscal enquanto uma das estratégias do capital em cenário de crise. Dessa forma, o ajuste concentra medidas desenvolvidas pelo Estado orientadas pelos organismos internacionais², para criação de superávits primários com vistas a garantir o pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida pública (SALVADOR, 2017).

Esse processo de contingenciamento - historicamente configurado nos governos de Fernando Henrique Cardoso bem como nos governos petistas de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff -, angaria maior latência com a construção do golpe jurídico-parlamentar concretizado com o processo de impeachment que empossa o então vice-presidente Michel Temer (ARCOVERDE *et al*, 2019). Nesse contexto, a lógica das orientações neoliberais que já se espalhava na condução da política econômica nacional adquire maior centralidade com o discurso também sendo expresso em documentos produzidos ora pelo próprio governo ora pelo Banco Mundial enfatizando a crise fiscal do Estado e a continuidade das contrarreformas.

A Travessia Social (2016) enquanto segunda publicação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro³ (PMDB) sobre a situação do Brasil demarca o acirramento dessas orientações neoliberais e não tarda em enfatizar a insuficiência estatal: “O Estado brasileiro expandiu demasiadamente as suas atribuições e acabou

²A condução política do pós-Segunda Guerra Mundial, no cenário internacional, com o regime econômico internacional estabelecido pelos acordos de Bretton Woods contribuiu para o ressurgimento das ideias liberais elaborando novas regras do jogo que devia reger o funcionamento da reconstituída economia mundial e a criação de organismos internacionais que garantam sua vigência, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM). (SADER; GENTILI, 1995).

³ Em 2018 volta a ser nomeado como Movimento Democrático Brasileiro (MDB), mas como nas publicações citadas ainda se registrava a sigla antiga será a utilizada no presente artigo.

desabando sob seu próprio peso. [...], o Estado terá que renunciar a funções de que hoje se ocupa, e terá mesmo que amputar partes de sua arquitetura” (PMDB, 2016, p.5). Ao passo que propaga o peso do Estado, aponta a necessidade de medidas de equilíbrio fiscal (ao sabor das medidas de ajuste fiscal que historicamente já vinham se configurando) e reafirmam a primazia do setor privado nos investimentos governamentais para retomar o crescimento.

O documento expressa, também, as orientações de organismos internacionais vinculados ao capital, revelando a preocupação com a focalização das políticas sociais em detrimento de perspectivas universalizantes, quando propõe, por exemplo, o foco nos programas de assistência social nos 10 milhões de brasileiros que compõe os 5% mais pobres. Para isso não prescinde de uma ampliação das políticas sociais brasileiras (sobretudo a Assistência Social ainda residual e compensatória) mas sim: “Um aprofundamento daquilo que já fazemos bem, com mais descentralização, [...]. Isso significa manter e aprimorar os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família” (PMDB, 2016, p. 9-10).

Na defesa do ajuste fiscal e da continuidade das contrarreformas, “Uma ponte para o futuro” (2015), publicado pelo PMDB em 2015, demonstra continuidade e interligação das orientações neoliberais em curso. Alinhado com a perspectiva do documento supracitado, este afirma que a crise fiscal do Estado está atrelada com os excessos cometidos pelo Governo na criação ou ampliação de novos programas, aumento das despesas públicas primárias acima do Produto Interno Bruto, vinculações constitucionais estabelecidas (saúde e educação) e indexação de benefícios (Benefício de Prestação Continuada) e programas a um patamar mínimo (PMDB, 2015).

Com as diretrizes contidas nos dois respectivos documentos publicados em fins de 2015 e início de 2016, foi encaminhada ao Congresso Nacional a PEC 241/2016, aprovada em dezembro do mesmo ano e instituída como Emenda Constitucional 95/2016. Consoante ao discurso de contenção de gastos nas áreas sociais, essa EC impõe um Novo Regime Fiscal (NRF) com um teto de gastos para as despesas primárias pelo prazo de vinte anos, sem impor restrições – do mesmo modo – ao pagamento dos juros e amortizações da dívida. A Política de Assistência Social, que já possuía baixa destinação orçamentária e sendo desprovida de vinculações obrigatórias, é uma das políticas sociais que mais recebe os impactos dessa contenção de gastos.

Desde seu primeiro ano de vigência, em 2017, o NRF impõe uma redução significativa à política de assistência, exposto na redução do teto destinado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) de R\$ 85 bilhões para R\$ 79 bilhões, representando corte orçamentário de 8%. A redução se prolonga ao passo do tempo e o cenário previsto aponta redução orçamentária de 32% em 2026 podendo alcançar até 54% em 2036, ou seja, corte de mais da metade dos recursos que a política necessita (PAIVA, A. B. *et al*, 2017).

O impacto latente dessas restrições orçamentárias interliga-se com as orientações neoliberais contidas nos documentos supracitados que antecedem a própria estipulação do NRF, como também ao documento que respalda a continuidade desse processo, o “Ajuste Justo” (2017) publicado pelo Banco Mundial (BM). Consoante aos cortes estipulados no NRF, o Banco Mundial aponta que o Benefício de Prestação Continuada (BPC), em contraste ao Bolsa Família, não é um benefício progressivo, já que somente 12% dos benefícios cabem aos mais pobres da população, e sugere sua desvinculação ao salário mínimo, o que pode reduzir as despesas de longo prazo do programa em 20% (BANCO MUNDIAL, 2017).

Além das adequações ao BPC, o BM também propõe uma reformulação e integração de todos os benefícios não contributivos – incluindo o BPC, a aposentadoria rural, a assistência social e o Salário-Família – em um programa consolidado baseado no Bolsa Família que contaria com 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB), e ao longo da próxima década geraria uma economia de 1,3% do PIB (*Ibidem*, 2017).

Com base nesse contexto regressivo, o orçamento da Assistência Social aprovado para o exercício de 2019 conta com 53,3% a menos do recurso previsto para as ações de Proteção Especial, aprovadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social, baseado no levantamento que a Secretaria Nacional de Assistência Social realiza das necessidades para continuidade das ações de apoio, gestão e execução dos serviços. A restrição rebate em cerca de 10 milhões de pessoas e famílias em situação de desemprego, fome, iminência de violência doméstica que ficarão sem atendimento anualmente nos Centros de Referência de Assistência Social (CNAS, 2017).

Contraditoriamente a redução orçamentária nos serviços socioassistenciais em 2019, assim como já se desenhava em 2016 e 2017, na defasagem de R\$ 471 milhões de reais, o MDSA instituiu o Programa Criança Feliz com orçamento de R\$ 328 milhões. A

confederação Nacional dos Municípios deduz que, com essas medidas, o remanejamento de recursos destinados aos serviços socioassistenciais para implementação do novo programa federal, de modo que o governo não assume comprometimento com a manutenção dos serviços e ações do Sistema Único de Assistência Social (CNM, 2017).

Nesse cenário crítico para a efetivação dos serviços socioassistenciais, devido ao conjunto de restrições orçamentárias com base no NRF, o Governo Temer priorizou a destinação orçamentária para um programa específico, o Criança Feliz. Essa contradição no contexto das orientações neoliberais prescinde de análises que desvelem as tendências contemporâneas que permeiam a Política de Assistência Social brasileira, conforme o tópico seguinte.

3 TENDÊNCIAS DE CONSERVADORISMO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Como o significado assumido pela Política de Assistência Social se explica a partir e no conjunto das relações sociais historicamente datadas, os rebatimentos da contrarreforma do Estado, minando os direitos sociais e impondo restrições orçamentárias para as políticas sociais, afetam a maneira como as políticas sociais se estruturam. Assim, com as orientações neoliberais, percebe-se o retraimento da atuação do Estado enquanto convoca-se a família para exercer determinadas funções com o intuito de atender às suas próprias necessidades sociais. Ou seja, o Estado se retrai enquanto se destina ao mercado, ao terceiro setor e as famílias o atendimento de suas necessidades, demandando maior participação da sociedade civil no provimento da proteção social, conforme assevera Arcoverde et al (2019).

Dessa forma, na cena contemporânea o pensamento neoliberal estimula o vasto empreendimento de refilantropização do social operando uma profunda despolitização da questão social⁴ ao não concebê-la como uma questão pública, política e nacional (YAZBEK, 2001). Em cenário de despolitização, o Estado atua com políticas residuais, focalizadas e compensatórias, ao passo em que culpabiliza a pobreza e imputa

⁴ “[...] diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana –o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos” (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

obrigações às famílias pobres que devem assumir papéis referentes à reprodução social dos sujeitos, exacerbadas em razão do crescimento da desigualdade social. Assim, a despolitização da questão social somada às orientações neoliberais culmina com a ascensão, a partir do golpe institucional de 2016, em políticas que focam na culpabilização da família expressos no Programa Criança Feliz e nas cartilhas de economia financeira destinadas aos usuários do Programa Bolsa Família.

Nesse chão histórico, o conservadorismo se enraíza nos programas neoliberais conduzidas na Assistência, pois como uma tradição de pensamento plural possui tendências que salientam traços moralizantes aliados com a perspectiva unitária de preservação da ordem burguesa. Tais traços moralizantes constituem características do conservadorismo clássico ao colocar como centralidade a família com seu dever de manutenção da propriedade e a mulher como agente socializador responsável pela educação moral dos filhos. Pilares, então, fundamentais para manutenção da tradição e autoridade a fim de manter a ordem social estruturalmente harmônica e estável. Assim:

A moral adquire, no conservadorismo, um sentido moralizador. É porque faz parte das propostas conservadoras buscar reformar a sociedade, entendendo que a *questão social* decorre de problemas morais. É assim que se apresentam sob diferentes enfoques e tendências, objetivando a restauração da ordem e da autoridade, do papel da família, dos valores morais e dos costumes tradicionais. (BARROCO, 2009, p.174-175)

Nesse âmbito, as tendências conservadoras se espraiam de antemão no Programa Criança Feliz ao ser lançado em 2016 pela então primeira-dama Marcela Temer, salientando traços históricos que conformam a Política de Assistência ligada ao primeiro-damismo e à filantropia. Isto porque ao colocar a infância pobre para um programa de governo como ajuda, e não como modalidade de política pública, Marcela Temer entra em cena pela figura do amparo e da filantropia descaracterizando a concepção de direitos e deslegitimando as políticas públicas (AKERMAN, 2018).

Isto se explica dado o foco do Programa na primeira infância destinado a atender alguns usuários da Política de Assistência: gestantes e crianças de até 3 anos de famílias beneficiárias do Bolsa Família, de até 6 anos, beneficiárias do BPC e crianças afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção de acolhimento institucional. O objetivo do programa é promover o desenvolvimento infantil integral

através do apoio a gestantes e a família na preparação para o nascimento da criança, bem como fortalecer os vínculos afetivos e o papel da família no cuidado (*Ibidem*, 2018).

A ênfase no desenvolvimento infantil através das orientações e fortalecimento de vínculos para famílias e gestantes é respaldada em critérios científicos - segundo o Secretário Nacional de Desenvolvimento Humano, Halin Antônio -, pois a neurociência aponta estudos de incremento das sinapses cerebrais, com atitudes comportamentais, como por exemplo, ao conversar olhando no olho das crianças. A utilização de abordagem médico-científica para justificar ações discriminatórias com a população pobre não é novidade na realidade brasileira, e remonta ao final do século XIX com o desenvolvimento da puericultura que visava no âmbito doméstico a tarefa de educar as famílias, sobretudo as mães, treinando-as no cuidado com as crianças (*Ibidem*, 2018).

Ao possuir como principal metodologia as visitas domiciliares, a ênfase em ensinar as mulheres mães em como educar seus filhos presente na vertente higienista da puericultura se reatualiza com o Criança Feliz tendo em vista que permanece o enfoque disciplinador abordando as mulheres individualmente em sua moradia e não na coletividade (como em grupos de convivência). A perspectiva moralizante do atendimento às famílias pobres, dessa forma, se sobressai rebatendo principalmente nas mulheres embora no discurso estatal discorra sobre a centralidade da família:

[...] na realidade, este sujeito é a mulher, especificamente a mulher-mãe-esposa-dona-de-casa e/ou a trabalhadora desempregada, cujas identidades sociais de gênero estão intimamente relacionadas com a reprodução e lugar prático e simbólico, tanto nos espaços privados, quanto nos públicos da produção e do emprego remunerado. Daí porque a figura feminina, a mulher/mãe/dona-de-casa fica diluída na expressão “família”, que assim a silencia. São mulheres que passam a ser, de fato, as responsáveis dos programas de enfrentamento da pobreza [...] (DUQUE-ARRAZOLA, 2010, p. 243).

Além de enfatizar traços moralizantes, o Programa conta com o adicional das visitas a serem realizadas por profissionais de nível médio que, apesar de contarem com a supervisão de assistentes sociais ou psicólogos, são eles que estabelecem a relação direta com as famílias, em sua residência, que pode contribuir para um atendimento pautado no senso comum, abrindo brechas importantes a pressupostos morais pré-estabelecidos (AKERMAN, 2018). Dessa forma, a estigmatização das famílias pobres como as que não sabem educar seus filhos tende a ser acirrada numa perspectiva higienista que se coaduna com a concepção de proteção social neoliberal reduzindo as

expressões da questão social ao âmbito familiar/privado na individualização e centralização de ações sociais.

Desse modo, as orientações neoliberais que impactam a Assistência Social, salientam a reatualização de traços conservadores que historicamente marcam esta Política, contribuindo para o quadro de responsabilização das famílias. Posto que a conformação dos serviços socioassistenciais pode resultar na penalização das famílias em resolver seus próprios problemas e atender às suas necessidades, que de fato são questões inerentes ao próprio sistema capitalista (ARCOVERDE *et al*, 2019).

Diante da tendência de moralização das famílias que permeiam o Programa Criança Feliz, salienta-se também questionamentos a respeito da própria legitimidade do programa, posto que seus recursos poderiam ser direcionados para serviços tipificados que já estão sendo executados na política e visam o fortalecimento de vínculos familiares: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ou Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. Com essas lacunas em aberto, o programa continua sendo o carro-chefe da Política de Assistência em termos de prioridade orçamentária, de modo que 80% dos municípios aderiram ao Programa Criança Feliz por receio de perder recursos para a assistência social uma vez que os orçamentos são menores a cada ano, seguindo a Emenda Constitucional nº 95/2016 (*Ibidem*, 2019).

A destinação orçamentária para serviços da Política de Assistência Social que atuam na perspectiva de viabilização de direitos e fortalecimento de vínculos considerados em sua coletividade e não no contexto restrito e moralizador não perfaz a prioridade das ações governamentais. Na verdade, a lógica moralizadora e disciplinadora tende a aumentar, conforme vislumbrado em 2018, com a instituição do Programa de educação financeira (parte do Programa Futuro na Mão: dando um jeito vida financeira), voltado às beneficiárias do Bolsa Família com vistas a melhorar a gestão do orçamento familiar. O programa consiste em oficinas realizadas em três encontros desenvolvidas no Centro de Referência de Assistência Social no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), de modo que cada encontro possui objetivos específicos e os participantes recebem um determinado material.

Três eixos demarcam os objetivos do material a serem desenvolvidos com os usuários: formação de reservas, planejamento financeiro e controle de dívidas. De acordo com esses eixos são realizadas as oficinas: na primeira oficina são entregues os

“cofrinhos da Família” três cofrinhos de papel destinados a armazenar o dinheiro para despesas do dia a dia, emergências e os sonhos e projetos da família; na segunda, de planejamento financeiro, as mulheres recebem a “Agenda da Família”, com divisórias e adesivos coloridos que ajudam a visualizar as fontes de renda e os tipos de gastos da família, fazendo uma “fotografia financeira; e por último recebem a “Carteira da Família”, kit composto por uma carteira e duas cadernetas. As beneficiárias poderão utilizar as cadernetas para anotar as entradas e saídas de dinheiro, compreendendo as dívidas e evitando a inadimplência (CASTRO, 2018).

Além do nítido recorte voltado para as mulheres beneficiárias do Bolsa Família, o Programa de educação financeira conta com financiamento do Banco Mundial ao estar em consonância com suas diretrizes de políticas focalizadas e residuais. Silveira (2018) aponta que as históricas propostas higienistas de controle dos pobres adquirem ênfase no contexto neoliberal, pois educar os pobres que recebem a “grande” complementação de renda é a prioridade para aqueles que defendem uma assistência social orientada pela perspectiva liberal, gerencialista e meritocrática.

Dessa forma, percebe-se com a caracterização do Criança Feliz e do Programa de educação financeira às beneficiárias do Bolsa Família um forte apelo moral de responsabilização do sujeito família ao passo que o Estado se desresponsabiliza da atuação enquanto vetor sociopolítico que assegura proteção social.

4 CONCLUSÃO

Percebe-se que as orientações neoliberais impactam em restrições orçamentárias para a Política de Assistência com base no NRF afetando os serviços e programas prestados, mas que contraditoriamente em tal contexto, amplia-se a destinação orçamentária para programas específicos: Criança Feliz e Futuro na Mão. Tal contradição pôde ser desvelada na análise das tendências contemporâneas que configuram a Assistência Social posto que ao estipular o retraimento da atuação do Estado, as orientações neoliberais convocam a família a serem responsabilizadas pela proteção social, outrora atribuição estatal de resguardar direitos. Um cenário então no qual se aprofunda a refilantropização da questão social ao despolitizá-la e não concebê-

la como questão pública e nacional, contribuindo para o florescimento de programas que apelam para o teor moral de culpabilização das famílias (vide item 3).

Assim, o capitalismo em cenário crise estrutural desenvolve estratégias para enfrentar momentos de crises, expressas nas orientações neoliberais e nas tendências conservadoras que se espriam na Política de Assistência Social. Realocando a questão social da cena pública, adentra-se em uma discussão moralizadora de um sistema que necessita expropriar cada vez mais as garantias estabelecidas, responsabilizando os sujeitos e destituindo-os dos direitos sociais sob um protagonismo alienado. Assim, as tendências contemporâneas de moralização da questão social evidenciadas na Política de Assistência Social, fazem parte dos impactos das orientações neoliberais expressas nos organismos internacionais somado ao avanço de tendências conservadoras que mesclam-se para conformar o desenho dos programas e ações socioassistenciais.

No entanto, por situar-se na dinâmica contraditória da sociedade capitalista, a Assistência Social, ao mesmo tempo em que recebe essas determinações que impactam nos programas e ações, também é um espaço de confronto, disputa e resistência dos que fazem uso desses serviços e dos profissionais que o implementam. Espaço, então, que expressa a trama das relações de confronto e conquista no qual pode-se disputar o fortalecimento da Assistência Social no patamar de política social com a perspectiva de assegurar e ampliar direitos e não como liberal, higienista e moralizadora.

REFERÊNCIAS

AKERMAN, Deborah. **Infeliz programa**: criança feliz é aquela que vive em famílias com proteção social. V Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão. São Paulo, 2018.

ARCOVERDE, A. C. B *et al.* A responsabilização da família na cena contemporânea: particularizando o Programa Criança Feliz. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, 2º Semestre de 2019 - n. 44, v. 17, p. 181 – 195.

BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil**. Grupo Banco Mundial, Novembro 2017, Volume I: Síntese (BRASIL- REVISÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS).

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética**: fundamentos sócio-históricos – 2 ed – São Paulo: Cortez, 2009.

CASTRO, Clarice. MDS – LANÇA INICIATIVA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA VOLTADO ÀS BENEFICIÁRIAS DO BF. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/maio/mds-lanca-programa-de-educacao-financeira-voltado-as-beneficiarias-do-bolsa-familia>>. Acesso em 19 de nov de 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Sem recomposição no Orçamento da Assistência Social outras políticas públicas podem ficar sobrecarregadas. Disponível em:<<http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/sem-recomposicao-no-orcamento-da-assistencia-social-outras-politicas-publicas-podem-ficar-sobrecarregadas>>. Acesso em 19 de nov de 2019.

CONSELHO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Governo reduz orçamento da Assistência para criar Programa Criança Feliz. 2017. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/governo-reduz-orcamento-da-assistencia-social-para-criar-programa-crianca-feliz>> Acesso em 19 de nov de 2019.

Duque-Arrazola, Luana Susana. In: MOTA, Ana Elisabete (org). **O Mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. O sujeito feminino nas políticas de assistência social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FUNDAÇÃO ULISSES GUIMARÃES (PMDB). **A travessia Social**. Brasília: 2016.

_____. **Uma ponte para o futuro**. Brasília, 29 out. 2015.

IAMAMOTO, M.V. A questão social no capitalismo. Temporalis, Brasília, n. 3, 2001.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

PAIVA, A. B. de *et al.* O Novo Regime Fiscal e suas implicações para a política de assistência social no Brasil. **Nota Técnica nº 27 do IPEA**. Brasília, 2016.

SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23

SALVADOR, Evilásio. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. In: **Revista Serviço social e sociedade**. n.130, p.426-446, set/dez. 2017.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. **A velha moralização dos pobres é a novidade do MDS do governo Temer**: Programa propõe a educação financeira dos pobres. 2018.

STICOVSKY, Marcelo. In: MOTA, Ana Elisabete (org). **O Mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. - 5 ed - São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: Revista **Temporalis** n. 3, ano 2, jan-jun. Brasília: ABEPSS, 2001 (p. 33-40).